

Nacional (QREN) e a preparação dos vários regulamentos específicos, cessou funções como Secretário Técnico do INAlentejo o Dr. Nelson Judite Silvério Quico.

Nesta ocasião, cumpre tornar público o reconhecimento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional pela qualidade excepcional com que o Dr. Nelson Quico desempenhou aquelas funções, pela lealdade demonstrada, pela visão estratégica, pela capacidade negocial e pela extraordinária capacidade de trabalho que sempre evidenciou.

Na verdade, é justo enaltecer as contribuições valiosas que ao longo da sua assessoria à CCDR-Alentejo o Dr. Nelson Judite Silvério Quico deu nas diversas matérias e na coordenação dos trabalhos de elaboração do Programa Operacional do Alentejo 2007-2013 e também na interação, diálogo e contribuição para a qualidade dos regulamentos aprovados, ao serviço do desenvolvimento das regiões portuguesas e de uma forma mais geral, ao serviço da causa pública.

Quero, por estas razões, tornar público o elevado apreço da Presidência pelo desempenho durante estes três anos em prol da coisa pública no Alentejo, sempre com um excepcional nível de competência e profissionalismo

3 de Novembro de 2008. — A Presidente, *Maria Leal Monteiro*.

## Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

### Despacho n.º 2717/2009

Na sequência de despacho de 09 de Janeiro de 2009, do Director-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, foi nomeado na categoria de técnico de informática do grau 2, nível 1, precedendo concurso e obtida a confirmação de cabimento orçamental da 4.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, Rogério Paulo Coelho Bento.

O presente despacho produz efeitos à data da publicação.

9 de Janeiro de 2009. — O Director-Geral, em substituição, *Manuel Pinheiro*.

## Instituto Geográfico Português

### Despacho n.º 2718/2009

Por meu despacho datado de 23 de Dezembro de 2008, e com prévia anuência da Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.:

António Mota Lopes, Técnico Superior Assessor Principal — transferido, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, para o quadro de pessoal do extinto Instituto Geográfico e Cadastral (IGC), com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2008.

23 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Arménio dos Santos Castanheira*.

### Despacho n.º 2719/2009

Por meu despacho de 12 de Janeiro de 2009 e com prévia anuência do serviço de origem:

Sandra Maria Perrudo Bagorro, técnica profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E. — transferida, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, para idêntica categoria do quadro de pessoal do extinto Instituto Geográfico e Cadastral, com efeitos reportados a 31 de Dezembro de 2008.

12 de Janeiro de 2009. — O Director-Geral, *Arménio dos Santos Castanheira*.

## MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS E DA SAÚDE.

### Despacho n.º 2720/2009

A Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., pretende executar a obra de construção do Novo Hospital de Braga, tendo solicitado para o efeito o abate de 350 sobreiros que radicam numa área de 5 ha de povoamento no prédio de sua propriedade, sito nas freguesias de Gualtar e São Victor, no concelho de Braga.

Considerando que, por despacho da Ministra da Saúde n.º 26 302/2000, de 28 de Novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 298, de 28 de Dezembro de 2000, foi declarada a expropriação por utilidade pública das parcelas de terreno privadas necessárias à execução da obra;

Considerando o relevante interesse público, económico e social do empreendimento, a instalar em zona sem problemas de acesso e de congestionamento de tráfego, bem como a sua sustentabilidade, inerente à significativa melhoria das condições de saúde das populações dos distritos de Braga e Viana do Castelo;

Considerando que o empreendimento vai incorporar a vertente de ensino universitário e investigação no seu perfil funcional;

Considerando a inexistência de alternativas válidas à sua localização, uma vez que a atrás indicada é a prevista nos sucessivos instrumentos de ordenamento do território desde 1993;

Considerando que o empreendimento não está obrigado a procedimento de AIA, nos termos do Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, e da Declaração de Rectificação n.º 2/2006, de 2 de Janeiro;

Considerando, ainda, que a Administração Regional de Saúde do Norte está a elaborar, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de Junho, projecto de arborização para uma área de 4 ha da mesma propriedade, e de 2,25 ha do perímetro florestal de Entre Vez e Coura, sob gestão da AFN, que possuem condições edafoclimáticas adequadas:

Assim, face ao acima exposto, encontrando-se reunidas as condições estabelecidas no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de Junho, declara-se:

A imprescindível utilidade pública deste empreendimento, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de Junho, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 6.º do mesmo diploma.

O abate dos sobreiros fica ainda condicionado à aprovação e implementação do projecto de compensação e respectivo plano de gestão, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de Junho.

29 de Dezembro de 2008. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*. — Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Ascenso Luís Seixas Simões*, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas. — A Ministra da Saúde, *Ana Maria Teodoro Jorge*.

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 2721/2009

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Cláudia Cristina Marques Miguel para prestar apoio no âmbito da sua especialização ao meu Gabinete.

2 — A presente nomeação manter-se-á em vigor até à cessação das minhas actuais funções, podendo, no entanto, ser revogada a todo o tempo.

3 — É atribuída à nomeada a remuneração mensal equivalente ao de adjunto, incluindo percepção de subsídios de férias e de Natal no mesmo montante, bem como o abono de representação, valor aquele susceptível de ser actualizado em função do que, em matéria remuneratória, vier a ser fixado para o pessoal dos gabinetes dos membros do Governo.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Dezembro de 2008.

19 de Dezembro de 2008. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

### Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

#### Despacho n.º 2722/2009

Maria Manuela Carvalho Pinto, técnica profissional especialista principal da carreira técnica profissional de laboratório, afecto ao quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, na situação de mobilidade especial, a exercer funções a título transitório, foi determinada a sua conversão automática em exercício de funções por tempo indeterminado, com a mesma categoria, em lugar criado nos mapas de pessoal da ASAE, nos termos das

disposições conjugadas no n.º 2 do artigo 33.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e n.º 7 alínea b) do artigo 117.º da Lei n.º 12-A/2008, de 28 Fevereiro, com efeitos a 1 de Novembro.

17 de Dezembro de 2008. — O Inspector-Geral, *António Nunes*.

#### Despacho n.º 2723/2009

Regina Maria Pereira de Sousa, Técnica Profissional de 1.ª classe, da Carreira Técnica Profissional, do quadro de pessoal do Instituto da Droga e Toxicoddependência, transferida, obtida a anuência do serviço de origem, para o quadro de pessoal da extinta DGFCQA, conforme lugar criado no mapa de pessoal da ASAE, com efeitos a 31 de Dezembro de 2008.

Foi dado cumprimento ao disposto nos artigos 34.º e 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, através da publicitação na “BEP-SigaME” a oferta para reinício de funções por tempo indeterminado no âmbito da categoria de Técnico Profissional de 1.ª classe, com o código de oferta P20088070 de 19.12.2008.

31 de Dezembro de 2008. — O Inspector-Geral, *António Nunes*.

### Direcção Regional da Economia do Norte

#### Despacho n.º 2724/2009

Por meu despacho de 04 de Dezembro de 2008, foram abertos concursos internos gerais de ingresso para a categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira técnica superior e publicados no D.R. 2.ª série, n.º 3, de 6 de Janeiro de 2009, Avisos n.º s. 201/2009 e 202/2009.

Considerando que a base legal que sustentava a abertura de concursos de acesso em 2008 deixou de vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2009, o que torna inválido o despacho de abertura dos concursos referidos, revogo o meu despacho de 04 de Dezembro de 2008, em conformidade com as normas legais do artigo 141.º do Código de Procedimento Administrativo.

7 de Janeiro de 2009. — O Director Regional, *Manuel Humberto Gonçalves Moura*.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

### Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

#### Despacho n.º 2725/2009

I — Através do aviso n.º 19 806/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 131, de 09 de Julho e divulgado no jornal *Correio da Manhã* e na bolsa de emprego público (BEP), na mesma data, foi aberto o procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão da Delegação Regional de Távira desta Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve.

II — Concluído o respectivo procedimento concursal e mediante proposta fundamentada do correspondente júri, nos termos dos nos 8, 9 e 10 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, republicado em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Maria Isabel Lopes Carrasco Palmilha, assessora principal da carreira de engenheiro, no cargo de Chefe de Divisão da Delegação Regional de Távira.

A nomeada possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço, correspondendo ao perfil exigido no procedimento concursal.

III — A presente nomeação, produz efeitos a partir 27 de Outubro de 2008, data do despacho.

(Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

#### Síntese curricular

Nome — Maria Isabel Lopes Carrasco Palmilha

Naturalidade — Serpa

Data de Nascimento — 17 de Junho de 1951

Formação Académica — Licenciatura em ciências agronómicas pelo Instituto Superior de Agronomia em 28/05/75, com a classificação de 13 valores, na especialidade de Agro — Pecuária (curso de 1969-1974).

SIADAP — Avaliação do Desempenho — 10 a 14 de Julho de 2006, organizado pela Secretaria Geral do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

29 e 30 de Janeiro de 2002 — Acção de Sensibilização em Modo de Produção Biológica de Animais — EZN — Fonte Boa;

16 de Novembro de 2001 — Curso sobre “Concepção e Avaliação de Projectos” — 30 horas;

11 de Novembro a 11 de Dezembro de 1987 — I Curso Internacional sobre Pastos, Forragens e Produção Animal em condições semi-áridas Mediterrânicas. Serviço de Investigação Agrária — Badajoz — 154 horas.

Formação profissional relevante — 21 de Maio a 1 de Junho de 1984 — curso de Pastagens e Forragens, promovido pelo PROCALFER e pela DGER — ENMP — Elvas

Experiência Profissional relevante —

Nomeada Chefe de Divisão da Produção Pecuária — *Diário da República* n.º 143 de 24/06/1997, cargo que desempenhou até 27/02/2007;

Promovida a Assessora, mediante concurso, desde 16/08/96 — *Diário da República* n.º 189, 2.ª série, de 16/08/96;

Nomeada, transitoriamente, responsável pela Zona Agrária do Sotavento, pelo Despacho Interno n.º 29/96 do Sr. Director Regional de Agricultura;

Promovida a Técnico Superior Principal por Despacho de 19 de Dezembro de 1991, publicado no *Diário da República* n.º 11, de 14 de Janeiro de 1992;

Em Abril de 1983, por reestruturação dos Serviços, passou para a Direcção de Serviços de Experimentação, para o Sector de Pastagens, Forragens e Arvenses. Desenvolveu trabalho na área dos Ensaios de Fertilidade (PROCALFER — estabelece e orienta ensaios de fertilização mineral nas seguintes culturas: amendoim, batata, milho forragem e milho grão, pastagens e forragens), na Rede Nacional de Ensaios (incluindo também a batata), Ajudas Comunitárias aos Produtores em colaboração com o INGA;

Promovida a Eng.ª de 1.ª classe em 8 Julho de 1982. *Diário da República* n.º 124, de 30/05/83;

De Abril de 1980 a Março de 1983 passou a trabalhar no sector de Fertilidade da Divisão de Apoio à Produção em colaboração com o Laboratório Químico — Agrícola, desempenhando as seguintes funções: pareceres sobre adubações, ensaios de fertilidade (estabelecimento e orientação); análises foliares — pareceres e compilação de dados; assistência técnica a agricultores;

Em Janeiro de 1979 transferida a seu pedido para o Laboratório Químico — Agrícola em Távira, onde permaneceu até Março de 1980;

Em Junho de 1978 nomeada Inspectora Fitopatológica, conforme *Diário da República* n.º 174 — 2.ª série;

Em Janeiro de 1978 nomeada Engenheira Agrónoma de 2.ª classe do quadro do Ministério da Agricultura e Pescas, *Diário da República* n.º 6, 2.ª série de 08/01/79, lista nominativa n.º 134, visado pelo Tribunal de Contas em 18 de Dezembro de 1978, continuando colocada na Direcção Regional de Agricultura do Algarve;

Em Outubro de 1976 transferida a seu pedido para a Estação Agrária de Távira, onde foi colocada num laboratório de Sanidade Vegetal. Despacho publicado no *Diário da República* n.º 232, 2.ª série, de 02/10/76;

Contratada além do quadro como técnica de 3.ª classe em 27/08/75, publicado no *Diário do Governo* n.º 197, permanecendo no CCRA de Beja. Continuação das tarefas que lhe foram atribuídas — Planeamento e Crédito Agrícola de Emergência;

Junho a Agosto de 1975 — Tarefa no Centro Regional de Reforma Agrária — Beja — Planeamento e Crédito Agrícola de Emergência;

1 de Dezembro de 1974 a 27 Maio de 1975 — Estágio na Sub-Secção de Experimentação do Monte dos Alhos, sob o tema “Estudo Económico de uma Recria e Engorda de Novilhos”.

15 de Dezembro de 2008. — O Director Regional, *Joaquim Castelhão Rodrigues*.

## MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

### Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações

#### Despacho n.º 2726/2009

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º e do n.º 2 do artigo 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, atenta a resolução do conselho de administração da EP — Estradas de Portugal, E. P. E., de 11 de Janeiro de 2007, que aprovou as plantas parcelares e os mapas de expropriações das parcelas de terreno necessárias à execução da obra da EN124 — Ponte de Santo Estêvão sobre o rio Arade ao km 23+635 — reabilitação e alargamento, tendo agora o seu início previsto no prazo de seis meses, e considerando que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 374/2007, de 7 de Novembro, a EP — Estradas de Portugal, E. P. E., foi transformada em sociedade anónima de capitais públicos, com a denominação de EP — Estradas de Portugal, S. A., a qual conserva a universalidade dos direitos e obrigações, legais e contratuais que inte-